

CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DE SEGUROS EM
DIVERSOS RAMOS

julho 2024

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

- 1 - O objeto do contrato consiste, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas no Anexo I deste caderno de encargos, na contratação de seguros em diversos ramos, através da transferência dos riscos aí identificados diretamente a Empresas de Seguros ou com intervenção de Mediador de Seguros, concretizada na contratação das respetivas apólices.
- 2 - A referida transferência de riscos, visa prevenir efeitos emergentes das atividades desenvolvidas pelo Município de Arouca, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre o seu património, os seus profissionais, munícipes e população em geral.
- 3 - Por acordo entre as partes, durante o período de execução do contrato, perante situações de risco não incluídas no presente caderno de encargos, poderá o referido contrato ser objeto de alteração, alargando o respetivo âmbito.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução do contrato e alterações

- 1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o adjudicatário obriga-se a cumprir com todas as prestações que compõe o serviço objeto deste procedimento, desde o primeiro dia útil seguinte à data da comunicação, efetuada pelos serviços da entidade adjudicante, via plataforma eletrónica acinGov, da celebração do contrato e por um período de **12 meses**, prorrogável nos termos do n.º 3, mantendo-se até ao final as condições de preço e serviços oferecidos.
- 2 - Em relação às apólices de seguro ainda em vigor à data da celebração do contrato, este vigorará a partir do termo da respetiva apólice, facto que será comunicado à seguradora adjudicante.
- 3 - O prazo previsto no n.º 1 considerar-se-á prorrogado automaticamente por igual período, no máximo duas vezes, desde que o contrato não seja denunciado por qualquer uma das partes no final de cada um dos períodos, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 30 dias em relação ao respetivo termo.
- 4 - A denúncia ou cessação do contrato, não prejudica o cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
- 5 - No decurso da execução do contrato, o adjudicatário por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Município de Arouca, com exceção do indicado nos pontos 6 e 7.
- 6 - Apenas são permitidas alterações às taxas aplicáveis aos prémios das apólices, se estas resultarem de disposição legal, de norma da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento da entidade adjudicante.
- 7 - As alterações que ocorram nas situações previstas no número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento das apólices a que respeitarem e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Município de Arouca com antecedência mínima de 30 dias, por correio registado com aviso de receção, sob pena de ineficácia.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) A prestação de serviços de seguros ou de mediação de seguros nos termos constantes do Programa de Seguros, incluindo sinistros;

- b) A manutenção da validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora ou de mediação;
 - c) Manter inalteráveis as condições contratadas no decurso da vigência do contrato, devendo quaisquer alterações a introduzir ser objeto de acordo prévio escrito entre as partes.
 - d) O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do Contrato e que, nos termos do presente caderno de encargos, não sejam da responsabilidade do Município de Arouca, incumbe à seguradora proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e liquidação dos danos, bem como suportar as despesas decorrentes do cumprimento dessas obrigações;
 - e) Assumir a prestação de serviços decorrente da contratação das apólices objeto do presente contrato, através da emissão de apólices em nome do Município de Arouca;
 - f) Cabe ao prestador do serviço fornecer atempadamente todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários e promover uma gestão eficiente dos contratos de seguro adjudicados, incluindo sinistros.
- 2 - Caso na prestação do serviço intervenha entidade mediadora, será atribuída a esta, em regime de exclusividade, a mediação dos Seguros adjudicados, cabendo a esta garantir uma correta e diligente articulação com a Entidade Adjudicante e respetiva Seguradora, acautelando que a prestação dos serviços seja efetuada nos termos constantes desta Cláusula 4ª.
- 3 - A remuneração da entidade mediadora será garantida, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, pela Empresa de Seguros que suporta a proposta, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada.
- 4 - A título acessório, constitui obrigação do adjudicatário recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Forma da prestação do serviço

- 1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviço fica obrigado a manter reuniões de coordenação com os representantes do Município de Arouca, sempre que este o solicite.
- 2 - O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar, um relatório de evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

- 3 - No final da execução do contrato, o prestador de serviço deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato, do qual constará, obrigatoriamente informação relativa aos registos de sinistralidade.

Cláusula 6.^a

Forma da prestação do serviço

O serviço é prestado de forma regular e contínua.

Cláusula 7.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1 - O Município de Arouca deverá proceder a análise dos elementos referentes a execução do contrato, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos definidos no anexo I, ao presente caderno de encargos, à proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 3 - No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos definidos no Anexo I, ao presente caderno de encargos, deve o Município de Arouca disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- 4 - No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa, e no prazo razoável que for lhe determinado, às alterações e complementos necessários de forma a garantir o cumprimento das exigências legais, das características, especificações e requisitos exigidos.
- 5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Arouca procede a nova análise nos termos do n.º 1.
- 6 - Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as exigências legais, das características, especificações e requisitos exigidos no Anexo I, ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitida uma declaração de aceitação pelo Município de Arouca a que tais elementos respeitem.
- 7 - A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou características, especificações e requisitos exigidos no Anexo I, ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Arouca, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Arouca, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - O prestador de serviços não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, salvo autorização expressa e escrita da entidade adjudicante.
- 4 - Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª

Preço contratual

- 1 - O preço base do presente procedimento de concurso é estabelecido de acordo com o definido nas cláusulas técnicas do Anexo I.
- 2 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Arouca deve

pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- 3 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
- 4 - Não está incluído no preço contratual o acréscimo ou decréscimo de preço a pagar em resultado de modificação objetiva do contrato e de flutuação ou alteração dos capitais e objetos seguros.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas, nos termos das cláusulas anteriores devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela entidade adjudicante dos respetivos avisos/recibo, os quais serão emitidos de acordo com o previsto no Capítulo II, Secção IV, do Decreto-lei n.º 72/2008, de 16 de abril, que estabelece o Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista no Programa de Seguros anexo ao presente caderno de encargos.
- 2 - Em caso de discordância pela entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nos avisos/recibo, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários à emissão de novo aviso/recibo corrigido.
- 3 - Desde que devidamente emitidos e observado o disposto no nº1, os avisos serão pagos através de cheque ou transferência bancária.
- 4 - No caso de haver lugar a acertos de prémios variáveis a seguradora procederá à emissão e envio do aviso de pagamento no prazo limite de 2 meses, contados do fecho da anuidade, sem prejuízo de o fazer antes e logo que disponha, caso a caso, dos elementos necessários para o efeito.

Cláusula 12.^a

Outras obrigações

- 1 - A Entidade Adjudicante tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao prestador de serviços todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo prestador de serviços, aquando da celebração do contrato, pudessem ter influído na decisão de contratar ou nas condições do contrato.

- 2 - Constitui ainda obrigação da Entidade Adjudicante fornecer ao adjudicatário toda a informação relevante e necessária à vida das apólices de seguro contratadas, incluindo a correta e atempada participação de sinistros, colaborando com o adjudicatário em eventuais diligências ou averiguações que venham a mostrar-se necessárias.

Cláusula 13.^a

Penalidades contratuais

- 1 - Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima a Entidade Adjudicante a:
- a) Fazer reverter, a seu favor, a caução eventualmente prestada;
 - b) Adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais, se houver, a cargo do adjudicatário faltoso.
- 2 - As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista na alínea b) do número anterior serão descontadas, sempre que possível, nos avisos a liquidar.

Cláusula 14.^a

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam ser consideradas casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
- 6 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
- 7 - Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do prestador de serviços, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

Cláusula 15.^a

Resolução do contrato

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contrato que resultar do presente procedimento poderá ser resolvido por qualquer uma das partes nos termos e com os fundamentos constantes do Código dos Contratos Públicos e do Regime Jurídico dos Contratos de Seguro.
- 2- A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário.
- 3- Nos casos previstos nos números anteriores, a Câmara Municipal de Arouca não está obrigada ao pagamento de qualquer indemnização.
- 4- O direito de resolução referido no n.º 1 exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das

prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 16.^a

Execução da caução

- 1 - A caução prestada para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa de Procedimentos, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento pelo adjudicatário das obrigações legais ou contratuais.
- 2 - A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução, contando que para isso haja motivo.
- 3 - A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador na obrigação de renovar o respetivo valor, no prazo de 15 dias após a notificação pela entidade adjudicante para o efeito.
- 4 - A caução a que se referem os números anteriores é libertada nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.^a

Subcontratação e cessão de posição contratual

A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização expressa da outra parte, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.^a

Comunicações e notificações

- 1 - As comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, e efetuadas através de correio eletrónico

ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

- 2 - Para efeito do disposto no número anterior devem as partes identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
- 3 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 4 - À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 20.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos para a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.^a

Gestor do contrato

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, como gestor do contrato, é designado o Sr. Paulo Jorge da Silva Oliveira, Assistente Técnico, da Divisão Finanças Locais e Património, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato.

Cláusula 22.^a

Proteção de dados pessoais

- 1 - Sempre que, na execução do contrato visado pelo presente caderno de encargos, e até ao seu termo, o adjudicatário venha a tratar dados pessoais em nome do adjudicante, quando este seja responsável pelo respetivo tratamento, aquele será havido para todos os efeitos como subcontratante, obrigando-se a apenas tratar as categorias de dados e com os meios e objetivos previstos no presente caderno, de acordo com o estabelecido no Regulamento (UE) 679/2016 (RGPD), designadamente nos seus artigos 24.º e seguintes, e em especial no artigo 28.º, no que respeita à segurança, à privacidade e a todos os outros aspetos aí regulados, assegurando garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.

- 2 - O adjudicatário só agirá, no que a esse tratamento de dados pessoais diz respeito, de acordo com as instruções escritas dadas pelo adjudicante, incluindo no que se refere ao envio para Terceiros e a prazos de conservação dos dados pessoais.
- 3 - O adjudicatário, fica obrigado a:
 - a) Fornecer ao adjudicante, sempre que solicitado, os detalhes relacionados com as medidas adotadas no sentido de cumprir com as suas obrigações no Tratamento de Dados e do referido Regulamento Europeu;
 - b) Assegurar que as pessoas por si autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade e/ou se encontram sujeitas às obrigações legais de confidencialidade adequadas;
 - c) Prestar assistência ao adjudicante, por todos os meios adequados a assegurar o cumprimento das disposições relativas aos direitos do titular dos dados, nomeadamente as constantes nos artigos 32.º a 36.º, incluindo a notificação de violação de dados sem demora injustificada;
 - d) Apagar todos os dados pessoais ou devolvê-los ao adjudicante, consoante a escolha deste, depois de concluir os serviços de tratamento de dados, e apagar as cópias existentes, a menos que a sua conservação seja exigida por Lei;
 - e) Disponibilizar ao adjudicante todas as informações necessárias à demonstração do cumprimento do referido regulamento;
 - f) Na contratação de outros subcontratantes, assegurar o cumprimento dos termos deste caderno, quanto ao tratamento de dados, também por esses subcontratantes;
 - g) Sujeitar-se e colaborar nas auditorias que o adjudicante entenda levar a cabo na organização de dados do adjudicatário, por si, ou interposta entidade, tendo por objeto apurar do cumprimento do estabelecido neste caderno, no dito regulamento e em toda a legislação aplicável.
- 4 - Sempre que um titular de dados pessoais submeta ao adjudicatário um pedido para exercer o direito de acesso, retificação, apagamento, limitação ou portabilidade, respetivamente previstos nos artigos 15.º, 16.º, 17.º, 18.º e 20.º do RGPD, o adjudicatário reencaminhá-los-á de imediato para o adjudicante, que dará seguimento à satisfação do direito exercido. O adjudicatário notificará o titular dos dados pessoais, deste reencaminhamento.
- 5 - Em tudo o mais aqui não expressamente previsto quanto ao tratamento de dados pessoais, e tratamento deles por conta de outrem, aplicar-se-ão as regras supletivas do referido regulamento europeu e da legislação nacional atinente.
- 6 - O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas, designadamente pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio bem, como a demais legislação subsidiária, designadamente o Regime Jurídico do Contrato do Seguro.

Arouca, julho de 2024

O Assistente Técnico,

Concordo,

A Chefe de Divisão de Finanças Locais e Património

ANEXO I -CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no seguimento do procedimento pré-contratual, tendo por objeto a “Contratação de Seguros em Diversos Ramos”, diretamente a entidades seguradoras ou por intermédio de mediadores legalmente constituídos ou autorizados, nos termos e condições aqui definidos, nos ramos de seguro objeto do presente concurso, identificados e caracterizados no programa de seguros em anexo, a saber:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Multirriscos;
- Seguro de Frota Automóvel;
- Seguro de Responsabilidade Civil Extracontratual;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Autarcas;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Bombeiros;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais para os utentes das infraestruturas e/ou instalações desportivas e recreativas municipais;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais para atividades temporárias, incluindo desporto, cultura e recreio;
- Seguro de Grupo de Acidentes Pessoais Comissão Proteção Crianças e Jovens.

Cláusula 2.^a

Preço Base

O Valor base do presente procedimento de concurso é de **€ 531.450,00** (quinhentos e trinta e um mil quatrocentos e cinquenta euros), para a totalidade do prazo possível de duração do contrato (1 ano, prorrogável até ao limite de 3 anos).

Cláusula 3.^a

Alocação e gestão dos seguros

- 1 - Após a decisão de adjudicação dos seguros, o adjudicatário encarregar-se-á de implementar a colocação do Programa de Seguros contratado.

- 2 - Após a colocação dos seguros, constitui ónus do adjudicatário assegurar a eficiente gestão das apólices de seguro contratadas, desenvolvendo as diligências necessárias à sua administração, conferência e atualização, incluindo sinistros, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 4.ª

Programa de seguros

- 1 - A proposta deve ser apresentada tendo em consideração os termos e condições previstos no Programa de Seguros abaixo apresentado.
- 2 - Apenas são admitidas propostas para a totalidade dos seguros objeto do presente procedimento.

PROGRAMA DE SEGUROS

A – SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

OBJETO DO SEGURO

A(s) Responsabilidade(s) do tomador de seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho.

ATIVIDADE PREDOMINANTE

Diversas no âmbito das Atividades Camarárias/Autárquicas.

ÂMBITO DO SEGURO

Ficam abrangidos por este contrato de seguro todos os trabalhadores, efetivos ou eventuais, ao serviço do tomador de seguro, incluindo os membros do Gabinete de Apoio à Presidência e do Gabinete de Apoio à Vereação.

Para o efeito, o Tomador de Seguro obriga-se a remeter ao Segurador, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais dos seus funcionários, relativamente ao mês anterior, subscritores e não subscritores da C.G.A.

Ficam cobertos os acidentes em serviço em Portugal e os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos inferiores a 30 dias, sem necessidade de comunicação prévia e sem qualquer agravamento tarifário.

Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento, ficam a cargo do Segurador.

GARANTIAS

Constituição de uma apólice de seguro para todos os trabalhadores que garanta:

- a) Cobertura nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações;
- b) As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário íliquido, englobando as remunerações, de caráter permanente ou acessório

- incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;
- c) O pagamento das pensões por incapacidade permanente parcial ou absoluta e as derivadas de morte, em acidente em serviço serão fixadas pela Caixa Geral de Aposentações;
 - d) No que respeita às pensões referidas no ponto anterior, bem como aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, com a redação que lhes for dada por posteriores alterações, ficam igualmente garantidos os pedidos de reembolso feitos pela Caixa Geral de Aposentações ao Tomador de Seguro, ao abrigo do disposto no artigo 43.º do citado Decreto-Lei, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações;
 - e) O pagamento de um subsídio por morte do trabalhador aos seus familiares, correspondente a 12 vezes o Salário Mínimo Nacional existente à data do acidente, exceto se o subsídio por morte previsto no Decreto-Lei n.º 223/95 de 8 de setembro com a redação que lhe for dada por posteriores alterações (6 vezes o valor da remuneração mensal do sinistrado suscetível de desconto para a Caixa Geral de Aposentações), for superior, caso em que será este último o subsídio a pagar;
 - f) O pagamento das despesas de funeral do trabalhador falecido até ao limite de 4 vezes o Salário Mínimo Nacional existente à data do acidente ou até ao dobro em caso de transladação, a quem provar ter efetuado a despesa, exceto se ao reembolso das despesas de funeral for aplicável o disposto no artigo 14.º do decreto-lei n.º 223/95 de 8 de setembro, por imposição do n.º 2 do artigo 18.º do decreto-lei n.º 503/99 de 20 de novembro;
 - g) A cobertura de Salário Integral 100% em todas as coberturas da apólice. Observar-se-ão, todavia, os seguintes limites:
 - i. Nas incapacidades temporárias absolutas e parciais (I.T.A. e I.T.P.), a base de cálculo não pode ser superior à retribuição mensal ilíquida auferida pelo sinistrado à data do acidente;
 - ii. Nas incapacidades temporárias absolutas e parciais (I.T.A. e I.T.P.), a base de cálculo não pode ser superior à retribuição mensal ilíquida considerando-se, nomeadamente, os subsídios de férias e de natal.
 - h) Estas condições prevalecem sobre as Condições Gerais do Ramo no que contrariar as disposições do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações.

MODALIDADE

Seguro de prémio variável ("Folhas de Férias").

ESTIMATIVA CAPITAL SEGURO

Montante de salários anuais previstos: Valor do salário líquido e sem encargos da entidade empregadora, mais todas as prestações que se revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno e alimentação), de acordo com o seguinte mapa, que engloba os subscritores e não subscritores da Caixa Geral de Aposentações:

Tomadores de Seguro	Funcionários	Massa Salarial
Município de Arouca	220	3.900.000,00 €
Educação	129	1.700.000,00 €
Saúde	8	100.000,00 €

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Trimestral, sem cargas de fracionamento.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária, são pagas diretamente a cada Tomador de seguro, figurando este como entidade recebedora, uma vez que os tomadores asseguram sempre o pagamento do salário por inteiro, mesmo quando os funcionários se encontram temporariamente incapacitados de atenderem ao seu trabalho.
- Relativamente às pensões e subsídios que venha, a ser fixados pela Caixa Geral de Aposentações e sobre os quais esta caixa tenha direito de reembolso sobre os tomadores de seguro, conforme artigo 43.º, do Decreto-Lei 503/99 de 20 novembro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações, o segurador diligenciará junto da referida Caixa, no sentido de conseguir estabelecer com esta um acordo que permita o reembolso direto entre a CGA e o segurador.
- O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no Concelho de Arouca, para assistir sinistrados de Acidentes de Trabalho.
- O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho de Arouca, por forma a isentar os sinistrados de Acidentes de Trabalho, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, ao segurador.
- Caso seja solicitado, o Segurador deverá fornecer ao Município caixas de primeiros socorros com o rácio de 1 caixa por cada 20 trabalhadores pelo período do contrato.

B – SEGURO DE MULTIRISICOS

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

SEGURADOS

O tomador do seguro.

OBJETO SEGURO

Edifícios e outras construções, incluindo benfeitorias, bem como respetivos recheios, conteúdos ou equipamentos que façam parte integrante do Património Imobiliário e Mobiliário do Segurado.

Ficam incluídos na definição acima todos os bens desde que se tratem de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação em qualquer local.

Bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle do Segurado, incluindo objetos e/ou bens de carácter cultural, histórico ou artístico.

LOCAIS DE RISCO

Todo e qualquer local onde o Segurado possua instalações ou interesses, identificados na listagem constante da **relação 1**, que se anexa ao presente caderno de encargos como dele fazendo parte integrante.

RISCOS COBERTOS

a) Riscos principais

- i. Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
- ii. Tempestades;
- iii. Inundações, incluindo os danos em muros, vedações e portões
- iv. Fenómenos sísmicos
- v. Aluimentos de terras

b) Riscos com Capitais dos Riscos Principais

- i. Greves, tumultos, alterações da ordem pública
- ii. Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem
- iii. Queda de aeronaves
- iv. Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado
- v. Choque ou impacto de objetos sólidos
- vi. Danos por água

- vii. Queda de granizo, neve e gelo
- viii. Combustão espontânea

c) Riscos com Capitais Próprios:

- i. Danos causados por fumo
- ii. Limpeza, demolição, remoção e destruição de escombros
- iii. Desenhos, documentos e livros
- iv. Danos em bens do senhorio
- v. Riscos elétricos
- vi. Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo
- vii. Avaria de máquinas
- viii. Derrame accidental
- ix. Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional
- x. Honorários de peritos
- xi. Perda de rendas
- xii. Quebra ou queda accidental de bens
- xiii. Quebra ou queda accidental de vidros, espelhos fixos, painéis e antenas
- xiv. Bens de terceiros
- xv. Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte
- xvi. Danos aos imóveis causados por furto ou roubo
- xvii. Danos em transporte terrestre de bens
- xviii. Danos e Reconstituição, Instalações de Lazer, Jardins, Muros e Caminhos áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas;
- xix. Infidelidade de empregados
- xx. Danos em bens de empregados
- xxi. Danos a bens em construção e/ou montagem
- xxii. Pesquisa e reparação de avarias
- xxiii. Danos Estéticos
- xxiv. Responsabilidade Civil Proprietário e Exploração
- xxv. Deterioração de bens refrigerados ou congelados
- xxvi. Bens ao Ar Livre
- xxvii. Quebra Accidental de Árvores
- xxviii. Obras Menores
- xxix. Exposições Temporárias

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

Ficam expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

• Danos causados por fumo	30.000,00 €
• Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
• Desenhos e documentos	30.000,00 €
• Danos em bens do senhorio	30.000,00 €
• Riscos elétricos	75.000,00 €
• Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	75.000,00 €
• Avaria de máquinas	50.000,00 €
• Derrame accidental	25.000,00 €
• Privação temporária do local ocupado ou arrendado	30.000,00 €
• Honorários de peritos	30.000,00 €
• Perda de rendas	30.000,00 €
• Quebra ou queda accidental de bens	25.000,00 €
• Quebra ou queda accidental de vidros, espelhos fixos, painéis e antenas	35.000,00 €
• Bens de terceiros	35.000,00 €
• Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00 €
• Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	7.500,00 €
• Danos em transporte terrestre de bens	35.000,00 €
• Danos e Reconst, Inst. de Lazer, Jardins, Muros e Caminhos	35.000,00 €
• Infidelidade de empregados	10.000,00 €
• Danos em bens de empregados	3.000,00 €
• Danos a bens em construção e/ou montagem	50.000,00 €
• Pesquisa e reparação de avarias	2,5% CS p/ LR
• Danos Estéticos	50.000,00 €
• Viaturas de 3ºs aparcadas no Parque e Oficinas - Roubo	30.000,00 €
• Responsabilidade Civil Proprietário e Exploração	100.000,00 €
• Deterioração de bens refrigerados ou congelados	10.000,00 €
• Bens ao Ar Livre	75.000,00 €
• Exposições Temporárias (1º risco)	75.000,00 €
• Obras Menores	150.000,00 €

CAPITAL A ASSEGURAR

Totalidade do património a segurar, valorizado em 39.119.440,00 €, discriminado na já citada relação 1.

Segurados	Edifícios e benfeitorias	Bens móveis	Total
Município de Arouca	35.488.340,00€	3.631.100,00€	39.119.440,00€

FRANQUIAS

O presente seguro fica sujeito à Franquia de 5% dos Prejuízos Indemnizáveis, no Mínimo de 250,00 € e Máximo de 2.500,00 €, com exceção dos riscos abaixo indicados que ficam sujeitos às seguintes franquias:

- Fenómenos sísmicos – 5% do capital seguro, por local de risco
- Danos em Bens de Empregados - € 100,00.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Trimestral, sem cargas de fracionamento.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogação da regra proporcional

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 15,00% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

Atualização de capitais

O segurador atualizará anualmente os capitais seguros de acordo com as taxas ou percentagens que lhe forem comunicadas, por carta registada com a visto de receção, pelo tomador de seguro.

Indemnização na base do valor de substituição em novo

Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos. O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao do sinistro.

Adiantamento por conta de sinistrados

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

Bens de terceiros

O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a

responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

Riscos elétricos

Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

Exposições temporárias

Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.

A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga.

O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário.

O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 100.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

Coleções, pares ou séries de objetos

Se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados.

Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

Danos acontecidos em transportes terrestres

Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

Quebra ou queda accidental de bens

Fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

Bens existentes ao ar livre

Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

Danos em jardins

Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de flores, arbustos e árvores por outros da mesma espécie ou similares.

Danos em bens de empregados

Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral.

A presente cobertura está limitada a 1.000,00 euros de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00 euros por anuidade.

Gastos extraordinários

Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00 euros/ano/sinistro.

Despesas suplementares com trabalhos provisórios

Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente.

Adicionalmente, através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 35.000,00 euros/ano/sinistro.

Desenhos, documentos e livros

Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico e/ou cultural.

Danos a bens em construção e/ou montagem

Ficam garantidos as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a um risco garantido pela presente apólice. Garantem-se também e com independência de qualquer outra indemnização procedente pelos riscos cobertos por esta apólice, as perdas e danos materiais causados ao resto dos bens seguros como consequência da realização das obras. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice.

Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 €.

Furto e/ou roubo

Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

Compensação de capitais

Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Particulares da apólice.

Obras menores

Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a um risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice.

Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 €.

Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado

Função Habitacional

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguro nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

1) Gastos de hotel

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.

2) Gastos de mudança e guarda de bens

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:

- a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
- a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

3) Gastos de restaurante e lavandaria

Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

a) Função Profissional

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia. A indemnização será paga contradocumentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.

Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- Independentemente do valor da reclamação de prejuízos e sempre que estes sejam pagos em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Segurado.
- Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:
 - Apresentação da participação de sinistro;
 - Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
 - Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

C – SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

SEGURADOS

O tomador do seguro.

OBJETO SEGURO

Todo e qualquer veículo incluído na frota automóvel do Tomador, incluindo os que se encontrem em regime de Aluguer Operacional de Viaturas, Leasing, Renting, ou outros regimes semelhantes, constantes da relação 2, que se anexa ao presente caderno de encargos como dele fazendo parte integrante, onde se identificam os veículos a segurar, as respetivas características, as coberturas e os capitais a garantir.

COBERTURAS, CAPITAIS SEGUROS E FRANQUIAS

a) Responsabilidade civil

b) Danos próprios

1. Choque, colisão e/ou capotamento
2. Furto ou roubo
3. Incêndio, raio e/ou explosão
4. Riscos políticos e sociais
5. Fenómenos da natureza
6. Quebra isolada de vidros
7. Atos de vandalismos e veículo substituição

c) Coberturas complementares

1. Quebra isolada de vidros quando não contratada a cobertura de danos próprios
2. Assistência em viagem km 0
3. Proteção jurídica
4. Acidentes pessoais para todos os ocupantes (incluindo condutor):
 - a. Morte ou invalidez permanente, até 15.000,00 €,
 - b. Despesas de tratamento, até 1.500,00 €.
 - c. Despesas de funeral, até 1.500,00 €.
5. Viatura de substituição
 - a. Responsabilidade civil
 - Viatura de substituição em caso de avaria ou acidente, da mesma categoria da viatura segura, pelo período máximo de 5 dias, apenas para a categoria de ligeiros.

b. Danos próprios

- Veículo de substituição por acidente ou avaria, até 30 dias, o qual não poderá ter categoria/gama inferior à viatura segura. Considera-se como franquia apenas o dia do acidente ou avaria.

FRANQUIAS

- a) Danos próprios, exceto furto/roubo e quebra isolada de vidros – 5% do valor seguro, com o mínimo de € 500,00.
- b) Quebra isolada de vidros quando não contratada a cobertura de danos próprios – €75,00, sendo sem franquia quando a substituição se faça na rede contratada diretamente pela seguradora.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Trimestral, sem cargas de fracionamento.

CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO SEGURO

- a) O Segurador deverá emitir uma apólice única de frota;
- b) O segurador garante que o capital seguro em sede de danos próprios funciona em regime de valor convencionado, sendo anualmente revisto pelo Município. Em caso de indemnização por perda total do veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou da sua renovação.
- c) Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.
- d) Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.
- e) Para a cobertura de “Veículo de substituição” o segurador compromete-se a estabelecer um acordo com um rent-a-car sediado no concelho do tomador ou de outro por ele indicado, através do qual o Município fica isento da prestação de qualquer tipo de caução no momento do aluguer automóvel ao abrigo da cobertura de seguro em causa, desde que tal aluguer seja efetuado por indicação do Segurador. A referida isenção de apresentação/prestação de caução tem como único objetivo ultrapassar dificuldades administrativas que o Município tem com este tipo de obrigações, não existindo nenhuma desresponsabilização do Município, para com a rent-a-car, por qualquer incumprimento ao abrigo do contrato de aluguer.
- f) A proposta a apresentar deve indicar, em anexo, os prémios totais anuais por viatura

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

Os capitais a segurar em sede de danos próprios que constam da relação anexa.

D – SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

SEGURADOS

O tomador do seguro.

Os legais representantes do tomador e todas as pessoas que o possam obrigar, quando no exercício das suas funções.

ATIVIDADE DO SEGURADO

São consideradas atividades do segurado, ao abrigo do presente seguro, todas as atribuições e competências do município e órgãos municipais, de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se apenas as atividades das empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Tomador de Seguro.

ÂMBITO TERRITORIAL

Portugal.

COBERTURAS GARANTIDAS

Responsabilidade civil extracontratual, conforme indicado nas Condições Especiais.

CAPITAL SEGURO

1.000.000,00 €, por anuidade e por sinistro.

FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia para danos materiais de 10,00% do valor dos prejuízos, com um mínimo de 250,00 €.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Trimestral, sem cargas de fracionamento.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Art. 1.º

O contrato de seguro a que respeita a presente apólice vigora segundo as presentes Condições Especiais, as quais prevalecem sobre as Condições Gerais, ficando convencionado e aceite entre as partes que as Condições Gerais se consideram derogadas e/ou ampliadas em tudo o que for contrário ou se harmonize com o disposto nos artigos que se seguem.

Art. 2.º

Âmbito de Cobertura

- 1 - Por estas Condições Especiais fica garantida pelo Segurador a responsabilidade civil legal do Segurado, de natureza patrimonial e não patrimonial, decorrente de atos de gestão pública e privada que, nos termos da legislação em vigor, sejam imputáveis no exercício da sua atividade identificada nas Condições Particulares.
- 2 - A título enunciativo, mas não limitativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:
 - a) Da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do segurado;
 - b) Dos atos, erros ou omissões que sejam imputados ao segurado no exercício das suas atribuições e competências;
 - c) Da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada;
 - d) Da exploração e manutenção de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador) e postos abastecedores de combustíveis;
 - e) Dos pontos de atendimento, venda e/ou lojas municipais do segurado;
 - f) Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção ou reparação;
 - g) De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais.
 - h) Da organização, coorganização, realização de festas, conferências, reuniões e outras atividades de carácter social, cultural, musical, desportivo, recreativo ou educacional;

- i) De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado;
- j) De deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacte e mobiliário urbano, conforme artigo 31.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 setembro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 400.000,00 euros por sinistro e anuidade;
- k) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 de maio, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 200.000,00 euros por sinistro e anuidade;
- l) Danos decorrentes de tampas, caixas de visita, sumidouros ou más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;
- m) De máquinas e guias em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;
- n) Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;
- o) Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parâmetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ela sejam explorados;
- p) Da propriedade ou guarda de animais excetuando os animais sujeitos a seguro obrigatório específico;
- q) Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de € 250.000,00 por sinistro e anuidade;
- r) De incêndio e/ou explosão;
- s) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- t) Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;
- u) Da qualidade de Entidade Empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias, devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho. Excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sublimite máximo de indemnização de 75.000,00 euros, por sinistro e anuidade;

- v) Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- w) Pelas obras, trabalhos e serviços prestados desde que a responsabilidade resulte de ações ou omissões do segurado;
- x) Dos danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação;
- y) Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos.
- z) De atos ou omissões dos funcionários, agentes e demais trabalhadores por conta e sob a direção do segurado, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;
- aa) De atos ou omissões dos agentes requisitados civilmente pelo segurado ao abrigo da legislação em vigor, no intuito de prevenir ou por cobro a acidentes e calamidades;
- bb) Derrube, queda e corte de árvores desde que em consequência de ações ou omissões do Município.
- cc) Cemitério.
- dd) Exploração de Recintos ao Ar Livre;
- ee) De palcos, bancadas, tronqueiras e outras estruturas, desde que sejam colocadas pelo Município ou à sua ordem.
- ff) Resultantes de queda de árvores, ramos ou outros acidentes com árvores ou arbustos sob gestão e manutenção do Segurado;
- gg) Por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 75.000,00 euros por sinistro e anuidade;
- hh) De deficientes condições de instalação e manutenção de circuitos de exercícios de manutenção, incluído o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro e Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto.

Art. 3.º

Validade temporal

A garantia concedida pelo presente contrato de seguro cobre as reclamações efetuadas durante o período de vigência da apólice, em consequência de eventos ocorridos durante esse mesmo período e

ainda as reclamações efetuadas durante o período máximo de 2 anos, a contar do termo do contrato, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que a apólice esteve em vigor.

Art. 4.º

Exclusões

- a) Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:
- b) Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- c) Causados pelo Tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriagues ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;
- d) Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- e) Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
- f) Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- g) Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- h) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil de Entidade Empregadora do Segurado;
- i) As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- j) Uso ou armazenamento de quaisquer matérias explosivas, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo-de-artifício e foguetes;
- k) Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;
- l) Ação de campos eletromagnéticos;
- m) Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
- n) Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;
- o) Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação

do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e “lock-out”;

- p) Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;
- q) Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;
- r) Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.
- s) Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos I, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas, mas em relação ao quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

E – SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

PESSOAS A SEGURAR

1 - Relativamente aos Autarcas, trata-se de um seguro para os eleitos locais, previsto no n.º 1, do art.º 17º, da Lei 29/87, de 30 de junho, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações.

Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:

- Presidente de Câmara
- Vereadores em regime de permanência
- Vereadores em regime de não permanência
- Membros da assembleia municipal

ÂMBITO TERRITORIAL

Todo o mundo

RISCOS A ASSEGURAR

Presidente e vereadores em regime de permanência

- Risco Profissional e Extraprofissional (24 horas por dia).

Restantes pessoas seguras

- Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas).

COBERTURAS

- Morte ou Invalidez Permanente;
- Incapacidade Temporária;
- Despesas de Tratamento e Repatriamento;
- Despesas de Funeral;
- Morte simultânea da pessoa segura e cônjuge;
- Garantindo-se adicionalmente os riscos:
 - a) Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio.
 - b) Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem.

- c) Resultantes da utilização pelo Segurado/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

COBERTURAS/CAPITAIS POR PESSOA SEGURA

Pessoas Seguras	N.º de Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade de Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Morte simultânea da pessoa segura e Cônjuge	Despesas c/operações Salvamento, busca, transp. sinistrado	Despesas Funeral
Presidente	1	200.000,00 €	90,00 €/dia	45.000,00 €	15.000,00 €	1.000,00 €	5.000,00 €
Vereadores em regime de permanência	3	160.000,00 €	80,00 €/dia	15.000,00 €	15.000,00 €	1.000,00 €	5.000,00 €
Vereadores em regime de não permanência	3	90.000,00 €	25,00 €/dia	5.000,00 €	15.000,00 €	1.000,00 €	5.000,00 €
Membros da assembleia municipal	37	90.000,00 €	25,00 €/dia	5.000,00 €	15.000,00 €	1.000,00 €	5.000,00 €

CONDIÇÕES SEGURAS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- Estomatologia.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Sem fracionamento, pagamento anual.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- Em caso de sinistro, o sinistrado é tratado como se do ramo Acidentes Trabalho se tratasse, ate ao limite do capital seguro;
- Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes quando as pessoas seguras estão impossibilitadas de exercer as suas funções, elas são substituídas temporariamente (ex.: em caso de doença), o segurador deve assumir a cobertura de tais substituições temporárias, sem existir a necessidade de comunicação das referidas alterações temporárias, por parte do Município, uma vez que a citada situação não aumenta o número de pessoas seguras, i.e., o risco assumido pelo segurador.

F – SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS BOMBEIROS

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

SEGURADOS

O corpo de bombeiros voluntários.

PESSOAS A SEGUAR

O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Estatuto Social do Bombeiro que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007 de 21 de junho, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações.

São consideradas pessoas seguras nesta apólice, o pessoal pertencente aos quadros de comando, ativo, especialistas, auxiliares, honra e reserva, incluindo infantes e cadetes, bem como os órgãos sociais/direção, conforme Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações.

A identificação e o número de pessoas a segurar está sujeito a alterações, de acordo com as admissões e/exonerações do pessoal na corporação.

Atualmente o número de pessoas a segurar é o seguinte:

Bombeiros	Pessoas Seguras		
	quadro ativo	quadro não ativo	total
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca	100	71	171

O presente quadro está sujeito a alterações.

ÂMBITO DA COBERTURA

Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício das suas missões, conforme definido no Artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 241/2007 de 27 de Junho, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações, ou por causa delas, incluindo os exercícios de instrução ou a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou Inter-Corporações, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares.

Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

ÂMBITO TERRITORIAL

Todo o mundo.

COBERTURAS/CAPITAIS POR PESSOA SEGURA

Coberturas garantidas	Capitais Seguros
	Quadro ativo e não ativos
Morte por acidente	205.000,00 €
Invalidez permanente por acidente	205.000,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	82.000,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	123,00 €/Dia
Na morte da pessoa segura, os filhos menores receberão	5.000,00 €
Subsídio Mensal aquando da Incapacidade Temporária para Despesas de Primeira Necessidade	50,00 €
Morte simultânea da pessoa segura e cônjuge	15.000,00 €
Despesas de funeral	5.000,00 €
Despesas com operações de salvamento, busca e transporte do sinistrado	1.000,00 €
Paraplegia	25.000,00 €
Tetraplegia	50.000,00 €
Indemnização por queimadura	Até 5.000,00 €
Cicatriz facial ou desfiguração	Até 5.000,00 €

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:

- a) As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- c) As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão.
- d) Morte em consequência de inalação de fumos
- e) Estomatologia
- f) Reconstituição cosmética por acidente causado ao abrigo das condições da Apólice.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Sem fracionamento, pagamento anual.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- a) Em caso de sinistro, o sinistrado é tratado como se do ramo Acidentes Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro;
- b) O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas nos Concelhos de cada Tomador de Seguro, de forma a isentar os sinistrados, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, à seguradora;
- c) O segurador procederá à atualização automática dos capitais seguros de acordo com os valores mínimos legais, sempre que estes forem alterados.
- d) O segurador considerará como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras nesta apólice, a data de admissão/saída na corporação, independentemente de qualquer desfasamento temporal entre tais datas e a comunicação destes factos ao segurador.

G – SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS UTENTES DAS INFRA-ESTRUTURAS E/OU INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS MUNICIPAIS ABERTAS AO PÚBLICO

TOMADOR DE SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

PESSOAS SEGURAS

Seguro sem nomes, sendo consideradas Pessoas Seguras todos os utentes/utilizadores das infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturais Municipais, cobertas ou ao ar livre, abertas ao público.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, verificado durante a utilização de qualquer das infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturais Municipais, cobertas ou ao ar livre, abertas ao público, incluindo as que se referem no artigo 2.º do decreto-lei n.º 141/2009, de 16 junho, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações.

ÂMBITO TERRITORIAL

Portugal

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Sem fracionamento, pagamento anual.

COBERTURAS / CAPITALS POR PESSOA SEGURA

No contrato de seguro em causa são considerados os capitais e coberturas praticados no âmbito do Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, conforme Decreto-Lei 10/2009, de 12 de janeiro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações:

Coberturas	Capital
Morte	31.672,04 €
Invalidez Permanente absoluta e parcial	31.672,04 €
Despesas Tratamento e Repatriamento	5.067,53 €
Despesas de Funeral.	2.533,76 €

FRANQUIAS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:

- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão;
- Estomatologia.
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- a) O tomador deste seguro possui diversas infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturais abertas ao público. No ponto seguinte – INFORMAÇÕES – indica-se o número estimado de utilizadores das principais infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturais do tomador.
- b) Em caso de acidente com utentes em regime de inscrição, o tomador do seguro enviará ao segurador, juntamente com a participação de acidente, uma cópia do boletim, ou outro registo, de inscrição do acidentado.
- c) Em caso de acidente com utentes não inscritos, o tomador do seguro enviará ao segurador, sempre que tal seja possível, juntamente com a participação de acidente, prova em como o utente foi sinistrado durante a utilização da infraestrutura e/ou instalação Municipal. Tal prova, sempre que seja possível de efetuar, deverá ser realizada através da indicação de eventuais testemunhas, de declaração da entidade que prestou os primeiros socorros no local de sinistro, ou de outra prova que se considere suficiente e adequada.
- d) De acordo com o n.º 3 e 4 do artigo 14.º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.
- e) Os concorrentes ficam obrigados a proceder às atualizações que se revelem necessárias aos capitais seguros, conforme previsto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações, sem alteração do valor do prémio fornecido para os capitais que agora constam deste seguro.

INFORMAÇÕES

Conforme referido no ponto anterior, o tomador deste seguro possui diversas infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturais abertas ao público. De seguida fornecemos elementos sobre o número estimado de utilizadores dessas principais infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturais Municipais:

Principais infraestruturas e /ou instalações desportivas, recreativas e culturais	Média anual de utentes	
	Regime Livre	Regime de Inscrição
Complexo Desportivo Municipal de Arouca	300	1200
Piscinas Municipais de Escariz	250	800
Pavilhão Desportivo	100	250
Outras Infraestruturas/Instalações Desportivas ou Culturais	100	200

H – SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA AS ATIVIDADES TEMPORÁRIAS, INCLUINDO DESPORTO, CULTURA E RECREIO

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

PESSOAS SEGURAS

Seguro sem nomes, sendo consideradas Pessoas Seguras todos os participantes em atividades temporárias (com duração até 12 meses), suportadas, realizadas, organizadas, promovidas ou patrocinadas pelo Município tomador deste seguro.

Para além dos participantes em acontecimentos ou eventos de carácter turístico, desportivo, cultural, social, musical, de recreio ou educativo, consideram-se também abrangidos por esta apólice todas as pessoas que participem em programas e/ou atividades ocupacionais, quer sejam de tempos livres, bem como bolsas e estágios, remunerados ou não.

ÂMBITO DA COBERTURA

O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza accidental, sofrido pelas pessoas seguras no decurso das atividades temporárias garantidas, incluindo os acidentes verificados nas deslocações no âmbito da atividade, qualquer que seja o meio de transporte utilizado. No caso de as deslocações serem realizadas em grupo, esta extensão de cobertura só é aplicável se o acidente se verificar com um veículo do tomador de seguro ou a este cedido ou alugado.

ÂMBITO TERRITORIAL

Todo o Mundo

COBERTURAS/CAPITAIS POR PESSOA SEGURA

No contrato de seguro em causa os capitais e coberturas a segurar são os seguintes:

Morte	65.600,00 €
Invalidez Permanente absoluta e parcial.....	65.600,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento.....	8.200,00 €
Despesas c/ substituição e reparação de próteses e ortóteses	615,00 €
Despesas de funeral.....	6.560,00 €

FRANQUIAS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:

- a) As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- c) As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão
- d) Estomatologia;
- e) Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Sem fracionamento, pagamento anual.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- a) O Município tomador deste seguro, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade suportam, realizam, organizam, promovem e patrocinam diversas atividades e acontecimentos de carácter temporário. No ponto seguinte – INFORMAÇÕES – a título indicativo fornecemos elementos sobre as principais atividades e acontecimentos realizados, não podendo o âmbito da cobertura desta apólice ficar limitado a acidentes verificados no decurso de eventos análogos.
- b) De acordo com o n.º 3 e 4 do artigo 14.º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

INFORMAÇÕES

Conforme referido no ponto anterior, apresenta-se informação resumida sobre as principais atividades e acontecimentos:

Atividade/Acontecimento	Duração	Número Pessoas	Observações
Programas Ocupacionais, Bolsas, Estágios e Outras Participações em Programas ou Atividades	1 ano (em média)	Cerca de 10	
Torneios de Futebol Infantil-Juvenil	30 dias	cerca de 400	
Open de Ténis de Arouca	3 dias	cerca de 60	
Passeios de BTT/Cicloturismo	3 horas (cerca de 4/ano)	cerca de 150	
Passeios Pedestres	5 horas (cerca de 4/ano)	cerca de 100	
Recriação Histórica	3 dias	cerca de 400	
Trail e provas de atletismo	2h a 24h (cerca de 4/ano)	cerca de 400	
Passeios Sêniore esporádicos	1 dia (cerca de 6/ano)	cerca de 28	
Trail Running (ESCOLA) – Sapatinhas Verdes	2 treinos/semana por escalão (11 meses/ano)	cerca de 20 por escalão	
Ações Desportivas não Programadas	cerca de 3 dias por ano	cerca de 100	
Ações Culturais não Programadas	cerca de 3 dias por ano	cerca de 100	
Ações de Recreio não Programadas	cerca de 3 dias por ano	cerca de 100	

I – SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS COMISSÃO DE PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS

TOMADOR DO SEGURO

O tomador do seguro é o Município de Arouca, NIPC 506808122.

PESSOAS A SEGARAR

Este seguro, abrange, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 14.º do D.L. 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, os elementos das Comissões alargada e restrita da CPCJ, que nesse âmbito exercem as competências previstas nos artigos 18º e 21º, respetivamente, da mencionada Lei, bem como os elementos que prestem apoio técnico às referidas Comissões.

A identificação e o número de pessoas a segurar está sujeito a alterações, de acordo com as nomeações que forem efetuadas.

Atualmente o número de pessoas a segurar é o de 9.

ÂMBITO DA COBERTURA

Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional, quando no exercício das suas funções, ou por causa delas, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso para as instalações da CPCJ ou do regresso destas, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação e visitas domiciliárias e todas as deslocações inerentes ao exercício das funções.

Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

ÂMBITO TERRITORIAL

Portugal.

COBERTURAS/CAPITAIS POR PESSOA SEGURA

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	50.000 €
Despesas de tratamento e repatriamento	5.000 €
Incapacidade temporária (*)	20,00 €/dia
Despesas de funeral	1.500 €
(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração à data do acidente.	

FRANQUIAS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:

- a) As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- b) A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- c) As despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão.
- d) Estomatologia
- e) Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Sem fracionamento, pagamento anual.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

- a) Em caso de sinistro, o sinistrado é tratado como se do ramo Acidentes Trabalho se tratasse, ate ao limite do capital seguro.

Arouca, julho de 2024

O Assistente Técnico,

Aprovo,

A Chefe de Divisão de Finanças Locais e Património,